

## Consulta de Processo

Exmo(a). Senhor(a)  
Presidente da Câmara Municipal de Mealhada

### REQUERENTE

Nome/Denominação:*			
Domicílio/Sede:*		N.º:	Lote:
Código Postal:		Localidade:*	
NIF/NIPC:*			
Tipo de Documento de Identificação:		N.º:	
Válido até:			
Código de Acesso à Certidão Comercial Permanente:			
Contacto Telefónico:		Fax:	
E-mail*:			
Qualidade de:	<input type="checkbox"/> Arrendatário	<input type="checkbox"/> Comodatário	<input type="checkbox"/> Proprietário
	<input type="checkbox"/> Usufrutuário	<input type="checkbox"/> Outra:	<input type="checkbox"/> Superficiário

(Os campos assinalados com \* são de preenchimento obrigatório)

### REPRESENTANTE

Nome/Denominação:			
Domicílio/Sede:		N.º:	Lote:
Código Postal:		Localidade:	
NIF/NIPC:			
Tipo de Documento de Identificação:			
N.º:		Válido até:	
Código de Consulta da Procuração Online:			
Contacto Telefónico:		Fax:	
E-mail:			
Qualidade de:	<input type="checkbox"/> Representante Legal	<input type="checkbox"/> Gestor de Negócios	
	<input type="checkbox"/> Outra:		

### NOTIFICAÇÕES

As notificações e comunicações, nos termos do disposto no artigo 121.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), serão efetuadas por <b>correio eletrónico</b> para os seguintes e-mails:	<input type="checkbox"/> Requerente
	<input type="checkbox"/> Representante
	<input type="checkbox"/> Outro (por favor, indique):
Salvo quando este meio não for possível ou se mostrar inadequado poderão ser realizadas por via postal para o Domicílio/Sede do Requerente e Representante <input type="checkbox"/>	

### IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

N.º :*	
--------	--

#### Local

Freguesia da Obra:*	
Morada da Obra: *	

### PEDIDO

Vem requerer, ao abrigo do artigo 5.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua redação atual, a consulta do processo acima identificado.

<b>Tipo de consulta</b>	<input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Integral
<b>Elementos a Consultar (no caso de consulta parcial)</b>	<input type="checkbox"/> Projeto de Arquitetura <input type="checkbox"/> Memória Descritiva <input type="checkbox"/> Projeto de Especialidades Especifique qual ou quais: <div style="border: 1px solid black; height: 40px; width: 100%;"></div>
	<input type="checkbox"/> Informações Técnicas <input type="checkbox"/> Pareceres Externos <input type="checkbox"/> Outros Especifique qual ou quais: <div style="border: 1px solid black; height: 40px; width: 100%;"></div>

<b>Motivos*:</b>

O Direito de Acesso sofre restrições conforme estipula o artigo 6.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua redação atual, nomeadamente:

- O acesso aos documentos preparatórios de uma decisão ou constantes de processos não concluídos pode ser deferido até à tomada de decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração;

- Um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos nos casos previstos no n.ºs 5 e 6 do artigo 6.º, por exemplo, se tiver autorização escrita do titular dos dados e que esta seja explícita e específica quanto à finalidade e quanto ao tipo de dados a que quer aceder.

Definições:

Documentos nominativos são os documentos administrativos que contenham dados pessoais, definidos nos termos do regime legal de proteção de dados pessoais.

Dados pessoais são qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado.
- O tratamento dos dados referidos no ponto 1 por parte do Município da Mealhada respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base seguintes condições:
  - **Responsável pelo tratamento** - Município da Mealhada;
  - **Finalidade do tratamento** - Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público;
  - **Destinatário(s) dos dados** - Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;
  - **Conservação dos dados pessoais** - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido;
- Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município consulte o nosso site em [www.cm-mealhada.pt](http://www.cm-mealhada.pt) ou envie um e-mail para [dpo@cm-mealhada.pt](mailto:dpo@cm-mealhada.pt).
- Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

### OUTRAS DECLARAÇÕES

O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Pede deferimento,

Mealhada,

O(A) Requerente /  O(A) Representante

(Assinatura do(a) requerente ou de outrem a seu rogo,  
se o mesmo não souber ou não puder assinar)

Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido.

O(A) Funcionário(a)

**Responsável pela Direção do Procedimento:**

**Contacto Telefónico:**

**E-mail:**

**Gestor(a) do Procedimento:**

**Contacto Telefónico:**

**E-mail:**

## DOCUMENTOS A APRESENTAR

Sigla	Descrição do documento a apresentar	Formato	Assin.
<input type="checkbox"/> REQ	Requerimento	PDF/A	Sim
<b>Legitimidade</b>			
<input type="checkbox"/> LEG17	Requerente - Documento(s) comprovativo(s) da legitimidade, sempre que tal comprovação não resulte diretamente da certidão da CRP	PDF	Não
<input type="checkbox"/> LEG7	Representante - Documento(s) comprovativo(s) da qualidade de representante	PDF A	Não
<input type="checkbox"/> LEG9	Documento de titular de um interesse direto, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido	PDF	Não

## FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS